Município
Palmela
Assembleia Municipal

Ata da Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Palmela

Realizada no dia 28 de março de 2019

Ata N.º 16

No dia vinte e oito de março de dois mil e dezanove, pelas vinte horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório da Biblioteca Municipal em Palmela, reuniu extraordinariamente a Assembleia Municipal do Município de Palmela, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

PONTO UM – Transferência de competências para as autarquias locas e para as entidades intermunicipais.

PONTO DOIS – Revisão do Anexo I do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão no Município de Palmela;

PONTO TRÊS – Eleição de Representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Consultiva da Revisão ao Plano Diretor Municipal de Palmela.

A Mesa foi constituída pelo seu Presidente, Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá, pelo Primeiro Secretário, Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete e pelo Segundo Secretário, Sra. Andreia Sofia Dias Bento.

Efetuada a chamada verificou-se a presença dos elementos abaixo identificados.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Ana Teresa Vicente Custódio de Sá;
- Sr. Domingos da Costa Rodrigues;
- Sr. Joaquim Silvino Pato Caçoete;
- Sra. Cristina Maria Palhinhas Moura;
- Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete;
- Sr. Nidberto Patuleia Paiva;
- Sr. Carlos Alberto das Neves Moço;
- Sr. Joaquim Pereira Pires;
- Sra. Andreia Sofia Dias Bento;
- Sra. Maria João Camolas Contente Caleira;
- Sra. Paula Cristina Guerreiro Sobral;
- Sr. Mário Miguel Xavier Felicidade;
- Sra. Cecília Maria Cordeiro de Sousa.

Por parte do Partido Socialista (PS):

- Sr. José Carlos Matias de Sousa;
- Sr. José Manuel da Cruz Silvério;
- Sra. Ana Elísia Gonçalves Monteiro;
- Sr. Rui Manuel Marques Lourenço;
- Sra. Maria Dulce Pereira Francês Silva Marques;

- Sr. António Manuel Camacho Guerreiro Godinho;
- Sr. Jorge Manuel Marques Freitas;
- Sra. Patrícia Alexandra da Silva Bento Caixinha;
- Sr. Jorge Manuel Cândido Mares.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Maria Rosa Pinto Bôcas;
- Sr. Colin Michael Mateus Marques;
- Sr. Roberto José Lopes Cortegano.

Por parte do Movimento Independente Pela Mudança (MIM):

- Sra. Maria Luísa da Costa Fragoso Paulino;
- Sr. Mário Rui Faustino Baltazar.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sr. Carlos Manuel da Silva Oliveira.

Verificou-se ainda as seguintes ausências.

Por parte da Coligação Democrática Unitária (CDU):

- Sra. Rute Isabel Morgado Trindade;
- Sr. Nuno Duarte Ribeiro Delgadinho;
- Sr. António Manuel Caeiro Mestre;
- Sr. Manuel Joaquim Fernandes Lagarto.

Por parte do Partido Popular Democrático/Partido Social Democrata. Centro Democrático Social/Partido Popular (PPD/PSD.CDS-PP):

- Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim.

Por parte do Bloco de Esquerda (BE)

- Sra. Tânia Sofia Barroso Ramos.

Em representação do Executivo Camarário estiveram presentes:

- Sr. Presidente Álvaro Manuel Balseiro Amaro;
- Sra. Vereadora Fernanda Manuela Almeida Pésinho;
- Sr. Vereador Adilo Oliveira Costa;
- Sr. Vereador Luís Miguel Reisinho de Oliveira Calha;

- Sr. Vereador Raul Manuel Ribeiro Pinto Cristóvão;
- Sr. Vereador Pedro Gonçalo da Ponte Marques Taleço;
- Sra. Vereadora Mara Susana Machado Ribeiro Rebelo;
- Sr. Vereador Carlos Miguel Viegas Vitorino;
- Sra. Vereadora Palmira Maria Santinhos Hortense.

Iniciando os trabalhos, a **Sra. Presidente da Mesa** informou que:

- **Sra. Teresa Marta Oliveira dos Santos Joaquim do PPD/PSD.CDS-PP,** justificou ausência à sessão por motivos profissionais, tendo a falta sido considerada justificada. Em sua substituição foi convocado o **Sr. Roberto José Lopes Cortegano** que se encontrava presente.
- **Sr. António Manuel Caeiro Mestre da CDU, Presidente da Junta de Freguesia de Quinta do Anjo,** justificou ausência à sessão, fazendo-se representar por **Mário Miguel Xavier Felicidade,** tesoureiro do executivo, que se encontrava presente.
- **Sra. Rute Isabel Morgado Trindade da CDU,** apresentou pedido de suspensão de mandato, por motivos de saúde, pelo período de cento e oitenta dias a partir de 21.03.2019, pelo que coloca o pedido à apreciação do Plenário não tendo merecido qualquer comentário. O lugar agora, vago será ocupado pelo **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço** que se encontrava presente.

De imediato, procedeu-se à tomada de posse dos novos Membros **Sr. Carlos Alberto das Neves Moço da CDU e Sr. Roberto José Lopes Cortegano do PPD/PSD.CDS-PP,** que após juramento de honra e assinadas as respetivas atas, que ficam apensas à presente, foram empossados no cargo.

Solicitou a **Sra. Presidente da Mesa** a aprovação em minuta dos pontos que irão ser discutidos, para poderem produzir efeitos imediatos.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sr. Presidente da Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, Sras. e Srs. jornalistas, caros munícipes, técnicos da Câmara Municipal vamos então dar início à nossa sessão. Trata-se de uma sessão extraordinária e, como habitualmente, não tem período antes da ordem do dia e três pontos.

Antes de entrar na nossa ordem de trabalhos temos a ata número quinze de vinte e oito de fevereiro deste ano para aprovar. Pergunto às Sras. e aos Srs. Membros da Assembleia se há alguma questão a colocar sobre esta ata? Se não houver votamos."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Enviarei as correções ortográficas via e-mail".

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Se são de pormenor, por favor, indique junto dos nossos serviços de apoio. Vamos então votar."

A Ata número quinze, de vinte e oito de fevereiro de dois mil e dezanove, foi aprovada, por unanimidade, com vinte e oito votos a favor (treze da CDU, nove do PS, três do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e um do BE).

Período da Ordem do Dia

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Então sobre a proposta número um eu convidava o Sr. Presidente da Câmara a fazer a apresentação da sua justificação. Nesta altura, obviamente, já falámos deste tema muito recentemente mas para voltar a enquadrar os Srs. Membros da Assembleia e, sobretudo, para enquadrar o ato, este ato presente, e a razão de ser neste momento.

Sr. Presidente, por favor."

PONTO UM – Transferência de competências para as autarquias locas e para as entidades intermunicipais

O **Sr. Manuel Lagarto da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:54 horas.

O **Sr. Nuno Delgadinho da CDU** iniciou participação nos trabalhos pelas 20:54 horas.

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente, permita-me que comece por cumprimentar V. Exa., os restantes Membros da Mesa, as Sras. e os Srs. Membros da Assembleia, as Sras. e os Srs. Vereadores, o público, técnicos do município, comunicação social que nos acompanha, os trabalhadores e as trabalhadoras da autarquia.

Esta proposta, na senda da anterior, tem na sua parte de enquadramento e considerandos aspetos idênticos à anterior, na medida em que chama à colação, de novo, alguns argumentos, recorda o conjunto de riscos associados à legislação agora em vigor, já há época o próprio Presidente da República referiu, volta a sublinhar o facto de, também, nestes diplomas, porque em praticamente todos os domínios neste pacote de descentralização, apenas são transferidas para as autarquias sobretudo competências de mera execução, o que as coloca numa situação semelhante à de extensões dos Órgãos do Poder Central, multiplica situações de tutela à revelia da Constituição e, em nosso entender, contribui, também, para corroer em parte a autonomia do Poder Local.

A questão também fulcral continua a residir no facto de, até ao momento, não estar resolvido o designado Fundo Financeiro de Descentralização, porquanto foi eliminado em sede de discussão do Orçamento de Estado para dois mil e dezanove, e só este facto, de per si, constitui a nosso ver um objetivo impedimento, de facto, à concretização, pelo menos para dois mil e dezanove, porque tratava-se do Orçamento de Estado para a assunção de competências.

Entretanto foram saindo outros diplomas, mas na apreciação geral sobre o processo continuam a estar por clarificar um conjunto de questões e o conjunto, também, das implicações financeiras, humanas e organizacionais que tem a assunção destas competências, não estando devidamente descortinadas, continuam a merecer as maiores reservas na generalidade dos diplomas que entretanto saíram. E foi por este conjunto de razões que, já há meses atrás, o município entendeu propor à Assembleia Municipal a rejeição do conjunto das competências que se pretendem delegar por via de um conjunto de decretos-lei sectoriais e, agora, volta a propor à Assembleia que tenha, digamos, a mesma deliberação de rejeição no que diz respeito a mais três diplomas e esta proposta inova, de facto, porque introduz estes diplomas e porque chama à colação também dois ou três exemplos de injustiças e situações gritantes que revelam como este processo pode ser pernicioso, a não serem resolvidas estas questões.

Então, o que se propõe é que a Assembleia discuta e delibere rejeitar, reafirmando as deliberações já adotadas em setembro de dois mil e dezoito, em janeiro de dois mil e dezanove, mas desta feita a assunção,

em dois mil e dezanove e dois mil e vinte, das competências transferidas por via dos decretos-lei setoriais, nomeadamente as previstas no decreto-lei vinte de dois mil e dezanove, de trinta de janeiro de dois mil e dezanove, que concretiza o quadro de transferência de competências nos domínios da proteção e saúde animal e da segurança dos alimentos, porquanto, entre outras razões ponderosas e nós exemplificamos aqui apenas algumas, obriga ao exponencial acréscimo de despesas em recursos humanos e técnicos, considerando a escassez de meios presentemente afetos à Direção-Geral de Alimentação e Veterinária para cumprir cabalmente, e com rigor, as competências que lhes estão atribuídas e que pretendem ver transferidas para as autarquias locais.

Uma outra razão, prende-se com a falta de clarificação no que respeita ao enquadramento legal aplicável, aos vários setores de atividade, em particular os ligados à pecuária e à indústria alimentar, considerando que a autoridade competente, em algumas das situações, continua a ser a DGAV – Direção-Geral de Alimentação e Veterinária, enquanto que, para outras, propõe-se que sejam os municípios.

Uma outra razão, não menos ponderosa, as insuficientes/irrisórias contrapartidas económicas para os municípios, refletidas nas taxas devidas por aqueles serviços, quando comparadas com as despesas que tais competências implicam.

Ainda os avultados encargos económicos e organizacionais relativos à atividade associada ao controlo e fiscalização dos agentes económicos das indústrias alimentares e da atividade pecuária, bem como a instrução e decisão de processos contraordenacionais, cassação de títulos de autorização de funcionamento, entre outras. Isto não é apenas ter mais médicos veterinários afetos à Administração Local, implica fazer regulamentos, depois cada município faz à sua maneira, cada município cria as taxas que quer, enfim, veem mais uma vez como é que a questão da universalidade, dos direitos e dos deveres, depois poderá não ser conseguida por via deste tipo de atividades descentralizadas, mas transversal porque obriga, também, a mais fiscalização, se hoje já temos gente insuficiente é quase que preciso um fiscal para cada cidadão, para cada setor de atividade, mais uma área que tem impactos aparentemente indiretos mas muito pesados no funcionamento da Administração Local, metendo fiscalização, metendo jurídico, e toda a panóplia de atividade administrativa que tal implica.

Uma outra razão, a completa ausência de demonstração de alegados e "evidentes ganhos de eficiência", nomeadamente no que respeita ao bem-estar animal e à segurança alimentar, sendo feitas referências, depois mais uma vez o que não deixa de ser altamente censurável e questionável, para futuros diplomas. Quer dizer, pretende-se que aprovemos uma coisa que depois logo se vê, logo se regulamenta, logo se faz um futuro diploma, seja para o financiamento, seja para a regulamentação, penso que, desta forma, também, não estão reunidas as condições para, com rigor e seriedade, podermos aferir da exequibilidade do exercício destas competências e não se conhece depois compromissos concretos no que diz respeito a esta matéria.

No decreto-lei vinte e um de dois mil e dezanove, que concretiza o quadro de transferência de competências para os órgãos municipais e entidades intermunicipais no domínio da educação, chamaríamos aqui, também, à colação meia dúzia de exemplos.

Por um lado, revela-se claro, e patente, a necessidade de continuar a aprofundar a negociação entre os municípios e o Governo, de forma a que não se concretize um processo de transferência sem clarificação das competências, dos meios e das fórmulas de financiamento porque, também aqui, se remete para o futuro, depois há uma fórmula, para o equipamento, para equipar um laboratório, como é que é, enfim, tudo isto é um cheque em branco, um tiro no escuro, e esta discussão mesmo quem quiser inteleger melhor os pareceres do próprio Conselho Diretivo da Associação Nacional de Municípios, percebe que não há conforto na consensualização, também, deste diploma e isto certamente não vai garantir respostas de qualidade iguais em todo o território e põe-se também aqui em causa o princípio da universalidade.

Depois, inexistem estudos e objetiva fundamentação que permitam compreender as escolhas das áreas que se propõem transferir, e até do domínio de quem aprova e deixa de aprovar a rede escolar, etc., etc., também aqui parecem dar com uma mão e retiram com outra é, de facto, um diploma um pouco confuso. Constata-se, mais uma vez, o tal conjunto alargado de normas que remetem para uma legislação, portarias, despachos posteriores, da Administração Central, continuamos a passar cheques em branco sem saber

depois o que é que aí vem, o que, de facto, não permite uma análise séria e rigorosa do alcance destas competências que se pretendem transferir.

Constata-se dos mapas que já tivemos oportunidade de conhecer, a indefinição dos meios financeiros necessários a qualquer processo de transferência de competências, estando claro o princípio do não aumento da despesa pública. Bom, se é para não aumentar a despesa pública continuaremos a ter falta de pessoal auxiliar nas escolas, continuaremos a ter escolas por conservar em condições, porque é necessário um investimento muito maior, não é com vinte mil euros que se faz a conservação de estabelecimentos de ensino, como uma escola secundária, como uma escola do segundo e terceiro ciclo, basta comparar as transferências que fazemos para as nossas juntas de freguesia, para o pré-escolar e para o primeiro ciclo, para perceber a insuficiência daquilo que nos é proposto. E, depois, já se parte do princípio que no futuro a construção de novos equipamentos é responsabilidade das autarquias, sem termos o tal fundo de financiamento da descentralização, sem vermos uma alteração da Lei das Finanças Locais que clarifique e depois, ah! mas vocês até podem ter cinquenta por cento se concorrerem a fundos comunitários para fazer novas escolas como já fazem para o primeiro ciclo, também não nos parece que seja este o caminho sem estar clarificada, porque essa outra comparticipação tem de ser assacada à Administração Local.

Depois chega-se, na minha opinião, ao desplante, acho que é incompreensível, da criação de uma comissão técnica *a posteriori* para definir e propor as fórmulas de financiamento, quando se considera que esta deveria fazer este trabalho previamente à entrada em vigor do presente diploma, de forma a que essas fórmulas já se encontrassem definidas. Isto revela que há aqui uma pressa desmesurada que não nos permite avaliar, e então estes diplomas, e o da saúde, Sras. e Srs. Membros da Assembleia têm que ser todos muito bem escrutinados e muito bem penteados, porque até algumas autarquias que inicialmente se manifestaram disponíveis hoje começam a fazer contas e exigem que cerca de mil por cento, cinco mil por cento, a mais do que aquilo que tem a expectativa a Administração Central de transferir para esses municípios.

Depois passamos ao decreto-lei vinte e dois de dois mil e dezanove, no caso da cultura, obriga, sobretudo, ao reforço de recursos humanos atinentes às ações de controlo e fiscalização de espetáculos de natureza artística, sem a especificação dos meios financeiros e humanos para o efeito; implica a clarificação diplomas legais complementares ao presente decreto-lei, cujo conteúdo ainda não é conhecido; sobrecarrega as áreas do licenciamento e fiscalização municipais, para responder cabalmente e de forma eficaz às competências a transferir. Qualquer sala de uma coletividade, etc., tem de ser fiscalizada pelo IGAC - Inspeção Geral das Atividades Culturais, vem tudo para as autarquias, está tudo por fazer, há regulamentos por fazer, há taxas depois para terem de ser aplicadas, também nos parece mais uma matéria em que a pressa é inimiga da perfeição.

Sra. Presidente, Sras. e Srs. Membros da Assembleia, poderia aduzir aqui outras razões que, obviamente, deixarei para a discussão da Assembleia, a quem compete deliberar, mas, recentemente, têm-nos chegado, de vários setores ligados à educação, mais recentemente, organizações profissionais no caso da Ordem dos Médicos Veterinários ou da própria Associação Nacional dos Médicos Veterinários Municipais, um conjunto de questões que ainda nos deixam mais assustados e quase todos os setores profissionais, e eu digo quase todos porque não conheço a posição de todos mas as posições que conheço são todas contrárias à entrega de competências desta natureza aos municípios, estão contra um processo que não tem o mínimo de coerência, clarificação e de estratificação das competências que deviam ficar a nível nacional, a nível regional e aquilo que, efetivamente, é possível colocar nas mãos dos municípios.

Dito isto, eu creio que para sermos, naturalmente, porque é essa a nossa obrigação de não defraudar as expectativas até de uma descentralização que em vários domínios é desejável, pensamos que não há condições para podermos aceitar e operacionalizar a assunção destas competências no plano municipal e que, às vezes, até nos parece haver aqui, em particular nestas que começámos a conhecer pormenores, coisas que ficam para decidir depois, etc., às vezes, parece haver aqui uma obsessão de algum calendário político, de alguma insanidade, às vezes, face aos números que nos são apresentados para dizerem que isto é tudo possível, que é tudo um mar de rosas ou dizerem que nós temos medo, nós não temos medo, nós temos é responsabilidade porque nós queremos exercer competências fazendo um melhor serviço público para os nossos concidadãos no concelho de Palmela.

Dito isto, o que se propõe é que a Assembleia rejeite, ou melhor, reafirme a não aceitação das competências e em particular destas e que continue a reclamar a clarificação de um conjunto de aspetos destes diplomas, a questão do financiamento e ainda uma reflexão daquilo que, necessariamente para que seja igual em todo o país, deva ficar num plano regional, no âmbito da regionalização que agora parece talvez por estarmos em véspera de eleições voltou a estar aí na ordem do dia e parecer colher grande consenso. Pensamos até naquilo que aconteceu, recentemente, com o anterior pacote, que já mereceu pronúncia de vários autarquias, achamos que quanto a estas ainda vai haver menos autarquias a aceitar, com os aspetos que estão por resolver.

Recordo que dos trezentos e oito municípios portugueses, cento e cinco recusaram a totalidade das competências. Não se diga aqui que é uma questão da CDU, ou deste, ou daquele, porque cento e cinco recusaram a totalidade das competências, setenta aceitaram a totalidade, cento e trinta e três aceitaram algumas. Eu acredito que estas que hoje aqui trazemos os resultados vão ser ainda de maior recusa dadas as implicações que estão aqui subjacentes e os aspetos que não estão salvaguardados para que os municípios possam, exercendo estas competências, servir melhor as expectativas da população.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Caras e caros colegas, intervenções?

Dou a palavra ao Partido Socialista, José Carlos de Sousa."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente.

Uma excelente noite para si, para os elementos da Mesa, Sr. Presidente de Câmara, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, queridos e amigos e amigas do núcleo da Assembleia Municipal, Srs. jornalistas, técnicos do município, uma boa noite para todos.

O Sr. Presidente de Câmara, efetivamente, fez uma intervenção que eu consideraria muito aquém daquilo que eu estava à espera, ou seja repetiu sistematicamente aquilo que tinha dito, no dia vinte e quatro de janeiro de dois mil e dezanove, sobre outras matérias. E quando o senhor diz, genericamente, que cento e cinco municípios dos trezentos e oito não aceitaram nada, setenta aceitaram a totalidade e cento e setenta e três aceitaram algumas, o senhor diz-me que duzentos e três têm uma posição diferente daquela que a Câmara de Palmela teve e aquilo que o senhor tem é medo, é claramente, não há dúvida sobre isto. Nós temos que nos cingir aos factos e os factos são, vamos perceber uma coisa disse isto na última sessão e irei hoje dizer outra vez, não é um processo limpo, claro, transparente, que todos estejamos satisfeitos. Será um processo que é o possível à data e o processo que nos pode conduzir a algumas coisas, agora se nós não estivermos no processo, se Palmela não estiver no processo, Palmela não consegue intervir, não consegue pronunciar-se, não tem possibilidade de o fazer. Quando o senhor na última intervenção que fez aqui na sessão, disse *"Sras. e Srs. Membros da Assembleia não quero gastar ainda todos os cartuchos"* eu espero que o senhor tenha gasto todos os cartuchos na sua primeira intervenção porque, realmente, não trará nada de novo uma segunda intervenção sua.

Aquilo que eu gostava de referir aqui, e que tenho dito, sem repetir aquilo que disse anteriormente, é que a descentralização aumenta o escrutínio, melhora a decisão, melhora a participação e consequentemente a democracia e, ou queremos isto ou queremos isto. Quando o senhor diz e em relação à matéria da saúde estarei praticamente de acordo consigo, aliás porque ao que me pareceu, de acordo com aquilo que tive acesso, havia inclusivamente erros em termos das comparticipações ou das contas que foram feitas para as transferências, agora aos outros níveis aquilo que o senhor argumenta hoje foi aquilo que argumentou há dois meses atrás, quando, genericamente, disse: *"…bem vocês agora até podem tratar aí de umas coisas de jogos e disto e daquilo e ficam com as receitas, vocês agora até podem tratar de coisas disto e daquilo*

relativamente à educação e põem vocês aquilo que têm a colocar em cima das escolas…". Então o senhor vem-me falar de universalidade, o senhor não sabe genericamente que duzentos e doze agrupamentos de escolas, ou escolas não agrupadas, no país que têm contrato de autonomia no âmbito da portaria duzentos e sessenta e cinco de dois mil e doze de trinta de agosto, que decorre do decreto-lei cento e cinco de dois mil e oito de vinte e dois de abril, que as competências transferidas para os municípios em geral do artigo décimo nono da lei cento e cinquenta e nove e mediante contrato de execução estão em trezentos e vinte e três unidades orgânicas no país? Então o senhor não sabe que delegação de competências através do contrato interadministrativo do decreto lei trinta de dois mil e quinze, os contratos celebrados com quinze concelhos, em dois mil e quinze, abrangiam setenta e seis unidades orgânicas? Então não há aqui diferenças? Então porque é que nós vamos trazer as diferenças de novo para cima da mesa? As diferenças existem o que nós temos é que as debelar.

Oh, Sr. Vereador, eu já vi os mapas todos e não conheço que mapas é que o senhor está a falar e não quero saber. Ouça, eu já vi isto tudo, ouça vamos perceber uma, coisa os mapas são sempre aqueles documentos que os senhores têm de argumentação "para", mas são uns mapas, não são os mapas, e a diferença entre Palmela e os outros, os tais duzentos e não sei quantos municípios que já aceitaram alguma coisa, Palmela deveria ter aceite alguma coisa anteriormente e, eventualmente, hoje teríamos aqui um outro tipo de discussão, agora não o fez, não faz hoje, e continua, enfim, a quedar-se por uma posição que não o levará a lado nenhum. Eu entendo e nós entendemos claramente que este tipo de decisão que o município toma, não o dignifica até porque há algum trabalho que todos temos que reconhecer feito em termos de educação no concelho durante muitos anos, e não o dignifica porque o deixa claramente atrás de uma série de municípios que querem estar disponíveis para discutir.

O senhor diz que há um confronto até no consenso da Associação Nacional de Municípios, eventualmente haverá esse confronto no consenso, agora aquilo que depois se verte para o documento é aquilo que é consensualizado ou que é maiorizado. O senhor acredita, como disse aqui, que se algum município tivesse um acréscimo de cinco mil por cento daquilo que são as suas tarefas administrativas numa transferência de competências o aceitaria? O senhor disse cinco mil por cento, não fui eu que inventei foi o senhor que disse. Eu se fosse Presidente de qualquer município não aceitaria, obviamente, e acha que destes duzentos que já aceitaram algumas coisas, aceitariam uma coisa destas? Eu não percebo, sinceramente, não percebo para onde vai, percebo ideologicamente para onde vai mas, pessoalmente, não percebo para onde vai, isto é um caminho de pedras, fará um castelo das mesmas mas ficará sozinho, claramente.

Era só Sra. Presidente, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

" Sras. e Srs. Membros da Assembleia, outras intervenções?

Tem a palavra o PSD/CDS, Sra. Membro da Assembleia Maria Rosa Pinto."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Muito boa noite a todos, na pessoa da Sra. Presidente da Assembleia cumprimento todos os presentes nesta sala.

Eu, às vezes, fico ainda admirada, o que vale é que eu também já cá ando há muitos anos, porque quem ouviu o Partido Socialista agora com a sua intervenção, na pessoa do ilustre colega José Carlos, e ouviu a intervenção ao tempo do anterior Governo para as transferências de algumas competências, só teremos que ficar boquiabertos, mas eu não fico porque já nada me surpreende.

Efetivamente, a nossa posição, perante esta proposta aqui apresentada sobre a transferência de competências e no que diz respeito ao CDS aqui falarei, reitero tudo o que disse na anterior intervenção quanto à transferência de competências. Somos a favor da transferência de competências, mas não consideramos que isto seja, efetivamente, uma transferência de competências. Isto é qualquer coisa que se

quer fazer e dar aos municípios mas sem os meios, criando-se uma comissão técnica *à posteriori*, depois vão-se fazer as contas não se conhecendo os cálculos. Eu não sei, digo aqui ao meu colega José Carlos conforme comentários que o mesmo fez, se isto é medo eu acho que isto é seriedade. Quando estamos aqui a querer assumir competências, então os senhores diziam do anterior Governo que não fez isto assim e agora vêm para aqui dizer o oposto, vocês desculpem lá. Eu nestas coisas nem que fosse do meu partido giro-me pela coerência de princípios e de posições, e não havendo formas de financiamento, clarificação adequada das competências, comissões técnicas *a posteriori*, meios financeiros não posso concordar. E depois veem-me aqui com exemplos de segurança dos alimentos, proteção e saúde animal, então as câmaras já agora está mais que provado, pelas últimas notícias, não dão conta dos cães. Das duas uma, acho que tem que haver mais meios. E vamos aqui colidir com competências de autoridades de direções-gerais? Então acabem com as direções-gerais, o que é que depois ficam lá a fazer os diretores gerais?

Isto é uma interpretação com alguma variação, e ainda hão-de vir aí os castelos. A propósito o José Carlos já falou nos castelos também já vimos todos nos jornais que também querem transferir os castelos, mas isso a transferência está correta os municípios têm a possibilidade de aceitar ou não, depois haverá imposição legal. Ora nós na transferência de competências não somos pela imposição legal, porque consideramos esta transferência, eu vou-lhe chamar não é que competências é de incompetências é o que eu chamarei a estas transferências. A posição do CDS mantém-se, e penso que se o PSD também não só acompanhará, através da abstenção esta proposta poise contrariamente ao que a CDU faz noutros municípios, com outras propostas em que o CDS votou favoravelmente a proposta da CDU, aqui não faremos pelas mesmas razões anteriormente apontadas, porque os senhores põem aqui no molho a criação de regiões administrativas que ainda nem foram discutidas e outros assuntos que consideramos aqui nos vossos pontos da reclamação que não estão totalmente adequados a serem inseridos nessa proposta e daí a razão das nossas abstenções.

Depois, também verifico aqui que a geringonça não se entende, já estamos em campanha eleitoral. Mas, efetivamente, até considero uma falta de respeito para com os parceiros que têm apoiado os vossos orçamentos (só para o PS). Eu se fosse parceiro, não sei como é que geriria isto mas é que eu penso que deviam discutir isto tudo antes de começarem a fazer os decretos. É que isto de legislar é fácil, depois cumprir com as leis e ter os meios adequados é que é complicado. Noutros países também nem todas as câmaras, ou outras entidades equiparadas às câmaras, aceitam todas as competências mas, aqui, estamos a falar de proteção, saúde animal, segurança de alimentos, eu acho que isto é uma completa irresponsabilidade é o que eu chamo a isto é incompetência total.

Tenho dito, obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Dou a palavra ao Bloco de Esquerda."

O **Sr. Carlos Oliveira do BE:**

"Boa noite a todas e a todos.

Em coerência com as posições que o Bloco de Esquerda teve anteriormente, digo que o Bloco não concorda com esta transferência e como tal votaremos a favor da proposta de rejeição das transferências.

Nós falamos muito de valores, números, de montantes, de verbas transferidas do Orçamento de Estado para as transferências de competências, mas e os munícipes? Ficarão bem servidos quando sabemos que as câmaras não estão preparadas com escala, nem com quadros com as competências necessárias à gestão de assuntos tão sérios ou de funções sociais tão sérias como a educação? Nós achamos que não e achamos que uma descentralização a sério só poderá ser feita com uma regionalização no quadro administrativo do território.

Reafirmamos aquilo que já reafirmámos anteriormente e, como tal, votaremos a favor da proposta que é da rejeição da transferência de competências.

Disse, Sra. Presidente, obrigada."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Dou a palavra agora à CDU, Domingos Rodrigues."

O **Sr. Domingos Rodrigues da CDU:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente, através da Sra. Presidente saúdo todos os presentes na sala.

Eu estive para não intervir, porque estamos preparados com outras intervenções, mas tenho que começar por dizer que esta bancada não tem medo, nunca teve medo, não tem medo, nem nunca terá medo. O que nós temos é o sentido da responsabilidade e dentro do sentido da responsabilidade continuamos a trabalhar assim. Mas, também, não trazemos livros porque também eramos capazes de trazer aí um livro, aquele livro de medo espero que o Jose Carlos não fique aflito das costas com o peso daquele livro, mas que há que transformar a minha intervenção igual à última intervenção, e na última intervenção da Assembleia que nós tivemos, demonstrámos e repetimos sentido de responsabilidade. Mas a Bancada do Partido Socialista parece que está com falta de sentido de responsabilidade, mas também assume a coragem de pôr as coisas. Mas era bom que, também, se pudesse analisar, até dentro do nosso concelho, algumas posições de eleitos que num lado têm uma posição e depois noutro lado têm outra posição, isto é coerência ou é não saber o que é que andam a fazer? Mas nós pensamos que a coerência é de cima a baixo, e esta coerência mantemos e mantemos as nossas posições. Eu até me apetece voltar a repetir uma palavra que a nossa Bancada, através de mim, usou na última Assembleia, *"viajar primeiro e pagar depois"*? Mas o que é isto, o que a gente quer é coerência, o que a gente quer é que tudo o que venha para cá que seja discutido, analisado e aprofundado, mas com meios financeiros, pessoal e outras, mas isto não querem discutir e a Bancada do Partido Socialista a cumprir a sua tarefa do que vem de cima está nesta posição, infelizmente. Porque nós temos esta posição, mas uma posição que olhamos sempre para trás, é que trabalhamos para as populações e queremos o melhor para as populações e jamais fazemos qualquer trabalho que não seja na coerência do nosso trabalho terá de para as populações.

Temos que dizer isto muito abertamente, esta descentralização de competências é um processo, para nós, totalmente vergonhoso e que tem um objetivo político muito claro que é transferir problemas para as autarquias com matérias em que o PS e até outros governos anteriores não encontraram soluções. Era nisto que nós devíamos continuar a trabalhar e perspetivar também no nosso trabalho. O PS com os eleitos que tem na Assembleia Municipal votam no escuro, é a nossa opinião, votam no escuro, votam contra a defesa das autarquias e das populações e alguns até ficam a mexer-se, aqui nesta Assembleia, com a minha intervenção. Mas que se mexam à vontade, vamos é para a prática e demonstrar e se estão nervosos acalmem, bebam água, porque eu, às vezes, apetece-me dizer coisas e não digo e bebo água para acalmar. Mas estas questões também são muito importantes termos em conta porque se, de facto, estão nervosos ponham o seu nervoso mais calmo, mas ponham as coisas com realismos e com verdades.

Continuamos e eles pretendem continuar a não cumprir a Lei das Finanças Locais, continuam com o argumento do PS que a CDU tem sabor em saber arrumar a casa para não ficar para trás neste processo e como isto prejudica as populações, também já foi dito isto, também já foi aqui dito hoje que a gente quer ficar para trás, mas nós dizemos o contrário. A nossa argumentação reafirma o que atrás nós já dissemos e que continuamos a dizer, podendo até acrescentar mais o que o PS deseja é se estivéssemos a falar como, por exemplo, de uma família que essa família fosse obrigada a fazer compras sem dinheiro e depois lhe fosse apresentada uma fatura que pode não ter a possibilidade de pagar. Os eleitos da CDU foram eleitos para defender as famílias, as populações e as autarquias, que têm contribuído para o desenvolvimento deste concelho e é nessa base que nós vamos continuar a trabalhar.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Dou a palavra novamente ao Partido Socialista, José Manuel Silvério."

O **Sr. José Manuel Silvério do PS:**

"Muito obrigado, Sra. Presidente, muito boa noite a todos. Apresento os meus cumprimentos à Sra. Presidente, à Sra. Secretária e Sr. Secretário dessa prestigiada Mesa, ao Sr. Presidente da Câmara, aos Srs. Vereadores, às Sras. Vereadoras e permitam-me que diga, sem desprimor para o Sr. Presidente e para os Srs. Vereadores, que quando estão as Sras. três Vereadoras presentes essa bancada de convidados parece que tem outra luz, quero cumprimentar também os Membros da Assembleia, os técnicos da Câmara aqui presentes hoje em exercício, às Sras. e Srs. jornalistas, à comunicação social e, infelizmente, parece que não há ninguém do público para cumprimentar.

Em relação a esta proposta apresentada, eu acho que há muito mais nesta matéria a unir-nos do que a nos separar. Vejo com alguma tristeza, até, um pouco da intervenção do Sr. Membro da CDU não porque eu esteja nervoso, ou alguém aqui esteja nervoso, mas acho que é um pouco injusta a sua intervenção no ataque o Partido Socialista que está a fazer e acho que não faz qualquer sentido.

Em relação a esta matéria, como eu já disse que nos deve unir mais do que desunir, e para desanuviar esta tensão que é sempre metida quando é colocada esta questão da descentralização, nesta Assembleia, eu quero dizer que esta questão da descentralização é decisiva e é reconhecida por todos nós como um motor de desenvolvimento para o país e por isso é um processo em que todos temos que estar de boa-fé.

Portugal é hoje o terceiro país da União Europeia onde as autarquias locais menos participam na despesa pública, havendo uma maior centralização e um menor desenvolvimento em relação aos outros países. Os dados estatísticos do INE e da Eurostat referem que, enquanto a média de participação das autarquias nos países da União Europeia, nas receitas públicas, ronda os cerca de vinte e quatro vírgula seis por cento em Portugal esta participação fica-se pelos catorze vírgula quatro por cento. Por isso se todos estivermos de boa fé, e é isso que eu desejo, para quando o atual pacote descentralização estiver em plena execução, em dois mil e vinte e um, as autarquias em Portugal estejam já a participar então com perto de dezanove por cento das receitas públicas. Embora ainda longe do objetivo traçado em dois mil e vinte e cinco que será atingir a média europeia, que se situa atualmente nos vinte e quatro virgula seis por cento. Desta forma é desejável que os partidos em Portugal e os autarcas não estejam entrincheirados, como estamos aqui a ver, procurando "pelo em casca de ovo" para não aceitar a delegação de competências.

Este é um processo necessariamente difícil, como todos reconhecemos, leva o seu tempo e que deve ser gerido com a máxima cautela, para não ter efeitos prejudiciais para o nosso país que nenhum de nós aqui deseja com certeza, até porque apesar de toda a espuma e do muito caminho que falta percorrer, particularmente num ano de eleições a espuma vem ao de cima com mais facilidade, tem havido passos positivos. É o caso da descentralização para as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, quer das competências na gestão de transportes públicos, quer no âmbito de responsabilidades em matérias de trânsito, medidas estratégicas da descentralização já inscritas no programa do Governo e que muita colaboração tem sido dado pelo conjunto da geringonça que a direita tanto odeia.

Todos nós, nesta Assembleia, sabemos o que é melhor para o nosso concelho e a questão muito honestamente não é saber se o país ganha ou não com a descentralização, mas sim, numa forma serena e com a inteligência que caracteriza os autarcas deste concelho de Palmela, saber o que descentralizar e com que meios e podem crer que o Governo, e o Partido Socialista, está neste processo de boa-fé. Só se compreende a desconfiança de alguns autarcas porque têm medo que em outubro pudesse haver uma tragédia para o país e a direita voltasse e nesse caso ninguém pode confiar neles.

Sabemos, também, que há partidos que defendem que se devia para já avançar para a regionalização, como foi dito agora pelo Bloco de Esquerda. Em relação à criação das regiões administrativas é uma coisa que se discute há mais de vinte anos, bem com a rejeição num referendo em que o Partido Socialista está à vontade, porque votou nesse referendo favoravelmente à regionalização, mas que, agora, neste momento, é importante avançar em nossa opinião para a descentralização dos municípios e freguesias e para a criação de comunidades intermunicipais. Só depois deste importante processo/dossiê estar concluído será razoável discutir a regionalização num debate feito necessariamente na altura já com toda a experiência e informação segura. E vamos ser honestos politicamente, tudo isto está no programa do Governo e nunca ninguém manifestou contra, nem os que apoiam esta geringonça nem os que são contra. Para adiantar já alguns valores que vocês têm conhecimento, também, nesta fase, ainda em dados que são de Fevereiro, dos

trezentos e oito concelhos, cento e setenta e uma autarquias receberam competências de gestão do património público sem utilização, cento e cinquenta e quatro autarquias aceitaram as estruturas de atendimento ao cidadão, cento e quarenta e nove aceitaram o apoio às associações de bombeiros voluntários, cento e quarenta e quatro aceitaram a gestão das praias, cento e trinta e seis a exploração de jogo, cento e vinte e nove a gestão da habitação e de vias de comunicação e de administração da justiça e cento e dezanove câmaras aceitaram as competências de gestão do estacionamento público.

É um caminho que se faz caminhando, como se costuma dizer.

Muito obrigado, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Tem a palavra novamente a bancada da CDU, Cristina Moura."

A **Sra. Cristina Moura da CDU:**

"Boa noite, cumprimento todos os presentes na pessoa da Sra. Presidente.

Relativamente a esta questão, gostaria de dizer que denota uma falta de seriedade esta transferência de competências principalmente na área, ou em particular, do bem-estar animal e segurança alimentar. São questões preocupantes e que não devem ser descuradas ou, pelo menos, geridas de uma forma leve e irresponsável. Isto é quase tudo como uma forma matemática simples, do deve e do haver, em que somamos fundos financeiros de execução indefinidos, insuficientes meios humanos e técnicos existentes, há a necessidade de reestruturação de toda a gestão municipal atual, isto tudo é igual a esquizofrenia política e esquizofrenia política, porquê? Porque demonstra uma falta de conhecimento da realidade dos municípios, uma gestão de castelos de areia em que tudo prejudica o normal desenvolvimento destas áreas que tão importantes são para a nossa vida como comuns cidadãos.

Portanto, a minha intervenção é breve mas é incisiva e acho que deverão refletir bem em tudo o que isto vai representar no nosso dia-a-dia.

Obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, também.

Pergunto se há mais alguma intervenção, porque tenho um pedido da Bancada da CDU, se houver outras intercalamos. Não havendo, dou novamente à Bancada da CDU, Sra. Presidente da União das Freguesias de Poceirão e Marateca por favor."

A **Sra. Cecília Sousa da CDU:**

"Boa noite Sra. Presidente na sua pessoa, cumprimento todos os presentes.

Apenas reafirmar que esta descentralização é um processo que tem um objetivo claro de transferir problemas para as autarquias em matérias em que os governos não têm encontrado solução. A CDU defende que as autarquias não receiam a transferência de competências, mas não podem é assumir compromissos num cenário de absoluta incerteza quando não são definidos os pacotes financeiros.

Esta legislação agora aprovada, não garante a transferência dos meios adequados e promove as desigualdades. Não podemos deixar que sejam transferidas para as autarquias problemas que os governos não têm resolvido e vou dar um exemplo muito claro. Não podemos no caso da saúde, e o Sr. José Manuel Silvério também conhece, o posto médico de Poceirão e de Águas de Moura o Verão passado esteve fechado durante um mês, porque não tinham condições para estarem em funcionamento por não terem médicos, por não terem condições que assegurem. As autarquias não podem assumir estas competências sem que

estejam resolvidos estes problemas, porque estamos a passar para as autarquias problemas que não foram resolvidos.

Aqui na questão do medo, apenas e não podia deixar de passar a questão de falar aqui na questão da reposição das freguesias e lembrar que esta questão da reposição de freguesias tem vindo a ser adiada duma forma vergonhosa. Em janeiro de dois mil e dezoito, no congresso da ANAFRE, o Sr. Ministro garantiu que até junho de dois mil e dezoito a questão estava resolvida, a proposta de lei estava apresentada. Em junho de dois mil e dezoito passou para outubro de dois mil e dezoito e agora, no passado dia vinte e dois deste mês, vem dizer que não se compromete com novas datas para apresentação de propostas de lei e esta questão mostra que nós temos ter muita coerência naquilo que dizemos e naquilo que defendemos.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Pergunto se há mais alguma intervenção?

Não havendo passo a palavra ao Sr. Presidente para concluir algum aspeto."

Sr. Presidente da Câmara:

"Muito obrigado Sra. Presidente, procurarei ser breve mas, sobretudo, para dizer ao Sr. Membro da Assembleia, meu amigo José Carlos Sousa, que deve-lhe faltar aqui um pouco o rigor na memória porquanto esta proposta, como eu disse, tendo no início considerandos idênticos escalpeliza e dá um conjunto de exemplos, a propósito dos diplomas, e é substancialmente diferente e mesmo as questões que possam ser repetidas, repeti-las não é um defeito é reafirmar precisamente a convicção e a justeza dessa mesma argumentação.

Depois, dizer-lhe que eu não tenho medo, antes considero que, responsavelmente, devo eu, e deve qualquer responsável que tenha esta missão da Administração Local, ter audácia e coragem de lutar por uma legislação e um conjunto de contrapartidas que sejam justas e que propiciem melhores condições de trabalho para o Poder Local, para poder responder com qualidade às expectativas das suas populações. Eu até prefiro a prudência, e a prudência não é medo, a prudência é uma virtude Sr. Membro da Assembleia, aliás desde o tempo de Aristóteles é considerada uma característica e exaltada como um ato de razão que está relacionada com um ato de previsão, e um ato previsão que nos prepara para agir de uma maneira mais eficiente, e o que está aqui em causa é que não houve tempo para negociação. O Partido Socialista andou a dormir e deixa para o último ano da legislatura um dossiê, que é uma reforma estruturante no Estado, para ser feita à pressa e de uma forma atabalhoada, porque aquilo que nos estão a apresentar é uma trapalhada, não serão todos os diplomas a mesma caldeirada, mas é uma trapalhada Sr. Membro da Assembleia.

Eu volto a dizer aquilo que disse na anterior discussão, quando os senhores diziam: *"Mas em dois mil e dezanove já há muita gente que vai aceitar…"*, nós, no final de dois mil e dezanove, vamos ver o que é que foi feito, o que é que serviu a algumas autarquias, se não por seguidismo das orientações das federações distritais e do vosso Conselho Nacional, o que é que efetivamente conseguiram fazer em dois mil e dezanove para responder a um conjunto de questões que estes diplomas nos trazem. É que mesmo quando o senhor faz aqui referência aos contratos, olhe veja as notícias sobre a avaliação dos mesmos, dos contratos de autonomia, vale a pena pena discutirmos para ver se isso serviu de alguma coisa e levar-nos-ia a falar tantas outras coisas, dos megas agrupamentos, da verticalização, de algumas filosofias que, afinal, os senhores não são diferentes de quem está à vossa direita nesta matéria, porque acabaram com uma verdadeira gestão democrática nas escolas, por aí fora, mas vale a pena pensar um pouco nessa avaliação, vale a pena pensar um pouco já nas dificuldades de operacionalização.

No Conselho Metropolitano, autarquias da vossa área política colocaram questões, não obstante terem assinado o cheque em branco, à Sra. Secretária de Estado que não conseguiu responder, lá está, falta-lhes a

prudência, a razoabilidade e a preparação para a eficiência, interessa é aprovar ou porque está na moda ou por uma questão populista ou eleitoralista. E preciso, de facto, ser coerente e ter coragem e aquilo que aqui está em causa é termos tempo de negociação para que o país não caia num logro e isto não seja uma confusão, e aquilo que eu gostaria é que, em dois mil e vinte e um, espero, tenhamos novos diplomas, muito mais perfeitos do que estes e que possamos discutir a sério a descentralização.

Se calhar, não vale a pena chamar aqui à colação mais meia dúzia de exemplos, mas isto é feito de forma tão atabalhoada que, por exemplo, neste diploma do bem-estar animal, o diploma corre o risco de colidir e pôr em causa questões de supervisão da própria União Europeia. Quer dizer, como é que uma autoridade competente nacional, que é frequentemente auditada pela Comissão Europeia no que respeita à execução dos controlos oficiais dos animais, como é que a União Europeia em vez de auditar uma direção geral e cinco direções de serviços regionais vai passar a auditar trezentos e oito municípios? Isto é um exemplo, mas há dezenas de exemplos, desde a educação a outros diplomas em que não foram medidos os impactos, é que isto pode bloquear, há coisas que vão ficar bloqueadas, não vai ser possível operacionalizar e cada diploma tem de ser, efetivamente, dissecado, melhorado e não se pode passar cheques em branco.

Por último, ainda sobre as questões da Associação Nacional de Municípios, deixe-me dizer, a si e a quem nos ouve, aquilo que eu defendo há muito tempo. A Associação Nacional de Municípios tem um conselho diretivo legitimamente eleito no primeiro congresso eletivo após as últimas eleições autárquicas e aquilo que me parece e, felizmente não sou o único a pensar desta forma mesmo de outras áreas políticas, é que uma matéria desta natureza esteve sempre subjacente sem prejuízo de termos dado o nosso voto àquele Conselho Diretivo, porque até foi aprovado por unanimidade, não tem havido listas, nem digladiação por questões político-partidárias em sede da Associação Nacional de Municípios, é que uma matéria desta natureza, para além de exigir um amplo debate e consenso nacional, devia ter sido objeto de um congresso extraordinário da Associação Nacional de Municípios, porque aí a discutir é que íamos ver depois como é que votavam os autarcas dos vários partidos. Não é a primeira vez que acontece que quando isto é discutido em congressos os autarcas, mesmo aqueles que depois aceitam porque as federações mandam aceitar, lá têm outro comportamento, porque têm ali a oportunidade de exprimir aquilo que lhes vai na alma. Sem pôr em causa os pareceres, que são assim um bocadinho híbridos, da Associação Nacional de Municípios que fala em consensualização de alguns diplomas, no seio do seu Conselho Diretivo, há um erro, na minha opinião, deste Conselho Diretivo não ter tido a coragem de numa matéria desta natureza convocar um congresso extraordinário para este assunto ser efetivamente discutido.

Ainda agora a discussão começou e uma reforma desta natureza não pode ser feita assim, e é por isso que é necessário baixar à Comissão na Assembleia da República, e é por isso que é necessário tratar as coisas todas com pormenor sob pena de, mais uma vez, darmos cabo de uma excelente ideia só para cumprir calendários que poderão interessar eleitoralmente a algumas forças políticas.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Não sei se há mais alguma intervenção dos Srs. Membros da Assembleia?

Dou a palavra ao Partido Socialista, Sr. Membro José Carlos Sousa."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Eu não vou responder a nenhuma das intervenções diretamente mas vou dizer, unicamente, que a educação, as escolas não estão fechadas, a saúde, os postos de saúde não estão fechados salvo algumas exceções e salvo o facto de alguns médicos não concorrerem para alguns postos, Poceirão é um deles, mas Setúbal tivemos agora o concurso vazio em seis lugares, é publico, temos aqui alguma dificuldade de sedução, diria eu, para os médicos virem para cá e que os gatos e que os cães continuam nos seus gatis e nos seus canis, o Governo foi resolvendo e o Estado foi resolvendo essas situações.

Só gostava de dizer que, e citar o Sr. Presidente de Câmara, e reafirmar aquilo que disse inicialmente, o processo não é um processo que nos satisfaça na plenitude, é um processo que está a ser construído, é um processo que terá alguns defeitos, mas não pode o Domingos vir dizer…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

(gravação não audível)

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Não, nós não nos contentamos com pouco, nós somos prospetivos que é uma coisa que o senhor não é, percebe? É que o senhor queda-se numa posição dentro de um ovo, que é um ovo que não dá nada, é um ovo seco, é um ovo que foi para o choco mas depois tiraram a galinha de cima e aquilo não deu nem amarelo, nem branco, deu preto.

A questão é esta, o Domingos não pode dizer que são incompetentes. Eu, dá-me ideia, parto sempre deste pressuposto, e aqui no executivo exatamente a mesma coisa, que quem trás as propostas às reuniões de Câmara e aqui não o faz maliciosamente, nem o faz com incompetência. Fá-lo com competência e fá-lo no sentido de perceber se os outros percebem ou não percebem, da mesma maneira de quem legisla fá-lo de uma forma que é competente à maneira da pessoa que está, ou do Governo que está, etc., etc. É difícil a gente chamarmos incompetentes àqueles a quem depois viabilizamos os orçamentos, e aqui aquela direita ressarcida, ainda não ressarcida, pode ser que um dia seja ressarcida, tem aqui algum peso nisto ou tem alguma razão nisto.

Aquilo que eu tentaria aqui dizer, e citando o Sr. Presidente agora neste final de intervenção, o senhor disse: *"…nem todos os diplomas são uma trapalhada…"*, pronto. Uns são mais trapalhada e outros são menos trapalhada no seu entender, porque o senhor não conseguiu sequer ficar com um, o senhor disse isto, disse, isto, acabou de dizer,…"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Dois diplomas não vale a pena ter porque nós já temos e já fazemos melhor do que aquilo que o diploma…"

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Sim, e porque é que não aceita?"

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Porque é incorreto, porque não transfere as verbas, é uma questão de princípio."

O **Sr. José Carlos Sousa do PS:**

"Não é incorreto, é uma posição que o senhor tem ao aceitar, é uma posição de negociação que o senhor tem ao aceitar.

É só, Sra. Presidente, muito obrigado."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, por ter contido a sua intervenção.

Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, não vou acrescentar muito mais à discussão mas gostava de expressar uma opinião que acho que, a meu ver, sem prejuízo de todos os argumentos que já aqui foram aduzidos, é a abordagem que faço e que acho que nos devia fazer pensar a todos.

Eu acho que um dos méritos que o Poder Local tem na história, ou que a história do Poder Local tem no nosso país para não dizer que é o poder local no sentido dos municípios "a ou b", não, é o papel dos municípios e do Poder Local do nosso país a partir da democracia, ou seja, a partir do momento em que o Poder Local foi instituído como democrático, eleito pelas populações, etc., uma das virtudes que tem e um dos traços que o caracteriza, do meu ponto de vista, é exatamente o facto de nós termos um Poder Local com universalidade de competências, com uma coisa até que, em alguns momentos, leva a "dissabores e a amargos de boca" que é o facto de termos competências para câmaras, por exemplo, com dimensões completamente diferentes, com recursos diferentes, etc., mas todos temos reconhecido que uma das coisas que foi mantendo o Poder Local com a sua espinha estruturante foi exatamente o facto de ele ter competências que são universais, competências que foram definidas por lei, e que é a partir do momento em que as características e as atribuições e competências do Poder Local são postas em causa, isto é, são postas em causa independentemente de lhes atribuirmos mais competências, dizermos que não o esvaziamos porque até lhe damos mais competências, é a partir do momento em que isso começa e que se interroga pela primeira vez no sentido que não se cumpriu o que estava associado, nomeadamente a Lei das Finanças Locais, esse é o momento em que se iniciam os grandes problemas do Poder Local no nosso país.

Bem, o que é que queria dizer com esta afirmação que foi demasiado longa para o que eu pretendia e que é tão só isto. Eu receio que aquilo que é e que tem sido a história do Poder Local e do desenvolvimento das populações, não venha a ganhar nada com este aumento de responsabilidades para os municípios, podemos até correr um outro risco que é, no dia em que houver uma efetiva vontade política para voltar a discutir a regionalização, não é para voltar a discutir é para discutir a regionalização em sentido pleno, nós podemos ter comprometido essa discussão, porque a dada altura estamos a falar de uma manta de retalhos. O que é que nós vamos eleger depois de acordo com o tal princípio da universalidade das competências, porque as competências devem ser universais para os municípios e depois deveriam ser universais para as regiões, está bem mas o que é que haverá de universalidade nisso, nesse momento? Nuns casos extremos a educação para repartir a determinados níveis, noutros casos teremos a saúde para repartir a determinados níveis, porquê? Porque, entretanto haverá municípios a dizer "não, mas eu até já faço, eu faço melhor do que lá a minha região, eu aqui até faço melhor que o Governo".

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, aquela questão básica que é dar aos cidadãos a igualdade de oportunidades, igualdade independentemente do território onde estão, apesar das características diferentes de cada território, mas do ponto de vista dos direitos, do sistema de oportunidades, das regras, do serviço público prestado por entidades públicas, quer dizer do que é que nós estaremos a falar? Qual será a manta que a gente vai construir quando falar de regionalização? Tenho esta como uma questão de fundo, quer dizer sem acrescentar ao processo em concreto, neste momento em discussão, tenho esta como uma questão de fundo. Um destes dias, a ideia da regionalização corre o risco de passar a ser uma coisa que fará pouco sentido para muita gente. Não creio que o que estamos a fazer, neste momento, seja um avanço e antes pelo contrário, antes pelo contrário, pode matar muitas oportunidades de definir um quadro de atribuições e competências, naturalmente, pode ser mais avançada em determinadas áreas, pode até ser mais recuado noutras, porque acho que se há uma coisa que temos na história do Poder Local é exatamente a capacidade de apreciar o que é que correu melhor e o que é que correu menos bem, quais são as competências que podem, devem, continuar nas mãos dos municípios, que os municípios podem receber mais ou até que pela sua natureza devem passar para regiões ou até que o Poder Central pudesse vir a avocá-las, enfim, por conveniência e por conforto e por vantagem para a vida das populações.

Esta é uma discussão de fundo, não é uma discussão que não tem muito sentido fazer em função mais metro quadrado disto, menos metro quadrado daquilo, ou de repartir competências em bocadinhos. Acho que começamos a perder a oportunidade de fazer uma discussão muito séria, muito profunda, e que é muito importante para este país, é a minha opinião.

Vamos votar."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com dezasseis votos a favor (quinze da CDU e um do BE), onze votos contra (nove do PS e dois do MIM) e três abstenções do PPD/PSD.CDS-PP.

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Ora, vamos para a segunda proposta, Sr. Presidente, a Revisão do Anexo I do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão no Município de Palmela.

PONTO DOIS – Revisão do Anexo I do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia Elétrica em Baixa Tensão no Município de Palmela

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Muito obrigado Sra. Presidente, procurarei resumir, pedindo, naturalmente que a proposta fique transcrita na íntegra para a ata.

Como é sabido, a iluminação pública está associada a um contrato de concessão com a EDP, um contrato, que foi negociada em bloco pelos municípios da península há muitos anos e que termina em dois mil e vinte e um. Entretanto a EDP tem andado a negociar com a Associação Nacional de Municípios e vem propondo ao município, desde dois mil e dezasseis, que celebre um protocolo para alteração do Anexo I associado ao contrato de concessão, o qual estabelece o tipo de focos luminosos considerados correntes para efeitos de utilização.

No quadro da Área Metropolitana de Lisboa, considerou-se que seria dispensável a celebração deste protocolo, até porque estão em curso outras negociações no âmbito da AML e que poderíamos conseguir tirar vantagens maiores, mas, entretanto, o tempo vai passando e embora a proposta fosse pouco ambiciosa, por ainda prever alguma tecnologia e ineficiente, houve não sei quantos mais dois ou três municípios que acabaram por assinar o anexo, isto depende muito às vezes também de algumas pressões locais com a EDP, mas, apesar de estes inconvenientes e dado o período que entretanto decorreu, e sobretudo porque face a uma candidatura que o município tem neste momento o concurso público internacional a decorrer para a instalação de duas mil trezentas e vinte e cinco luminárias led na vila de Pinhal Novo e na vila de Palmela, como a EDP se propõe assegurar a manutenção desse novo equipamento, como também tem vindo paulatinamente a substituir as lâmpadas de mercúrio por led, embora nem sempre estejamos de acordo com as localizações, entre outras coisas, para prosseguir esse trabalho e para que isto em dois mil e dezanove não pare e enquanto as negociações decorrem, nós consideramos que vale a pena subscrever este protocolo que altera este Anexo I e que na prática garante a generalização das luminárias tipo led no conjunto das intervenções, reparações e substituições que vão sendo feitas até isto estar tudo remodelado.

Esperemos que a seja um ritmo superior àquele que tem vindo a ser feito, porque quantas temos no concelho, para aí umas vinte e oito mil? Vinte e três mil no total, isto se a EDP continuar a fazer isto ao ritmo de cerca de mil por ano vocês estão a ver quantos anos temos de esperar. Por isso, o município também fez algumas candidaturas e esperamos que a EDP, sobretudo em vinte e um, se comprometa a ter já isto generalizado. Isto tem vindo a merecer consenso e consideramos que vale a pena fazer agora esta atualização.

Disse, Sra. Presidente."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, então questões sobre este tema?

Dou a palavra ao Partido Socialista, Sr. Membro da Assembleia Jorge Freitas."

O **Sr. Jorge Freitas do PS:**

"Boa noite Sra. Presidente, aproveito para cumprimentar todos na sua pessoa.

Relativamente ao assunto da distribuição de energia elétrica em baixa tensão, já no dia vinte e oito de novembro aqui foi reforçado, não vale a pena estar a repetir a importância que tem na sociedade moderna e relativamente ao anexo pela tecnologia inovadora, a tecnologia led, que está em discussão a Bancada do Partido Socialista votará favoravelmente a presente proposta."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada.

Srs. e Sras. Membros, tem a palavra PSD/CDS favor."

A **Sra. Maria Rosa Pinto do PPD/PSD.CDS-PP:**

"Primeiro que tudo na identificação do Sr. Presidente no protocolo anexo peço a correção do nome que diz Bolseiro e é Balseiro.

Eu, por acaso, agora vou falar do ponto de vista jurídico e, portanto, não terei a mesma posição que o Sr. Vereador Paulo Ribeiro teve e cá está são dois Juristas com opiniões diferentes. Eu não entendo porque é que isto, e o Sr. Presidente saber-me-á com certeza esclarecer, é alvo de um protocolo? Quando há uma alteração a um anexo pode ser uma adenda contratual, porque é que isto tem que ser um protocolo? Não me parece a forma mais correta, independentemente de vir de lá da Associação de Municípios ou de onde venha.

Depois, no prazo da vigência, que é a cláusula terceira, diz que entra em vigor na data da assinatura e vigorará até ao termo do contrato de concessão que eu acho que se devia pôr mesma data do termo. Para além disso, está aqui referido que cinquenta por cento serão comparticipados pelo município. É isso Sr. Presidente? E depois diz aqui nos considerandos, e uma vez que não nos foi apresentada cópia do contrato da concessão que quanto a mim e já é uma luta de há anos devia sempre vir anexo nestas propostas para não termos que estar a pedi-lo, então diria o seguinte essas luminárias eu li aí algures que há uma parte que vai ser o município que vai pagae, e o Sr. Presidente acabou de dizer que havia aí uns concursos. Ou seja, eu não considero que isto perante isso tudo esteja perfeitamente claro e alvo de um protocolo ainda menos. Concordando com as leds, e tudo mais, não considero que isto esteja devidamente minutado de acordo com o rigor que eu há pouco também referi e com a competência que mencionei. Não sei se isto é uma minuta da AML mas penso que poderia ter sido melhor conseguido a sua redação.

Agora, não vou votar contra, mas eu, pessoalmente, abster-me-ei porque não considero que este protocolo tenha, efetivamente, as cláusulas devidas e já disse algumas delas. Agora, sim senhora, mas também pergunto se a EDP andava nisto desde dois mil e dezasseis, porque é que agora em dois mil e dezanove é que trazemos isto? Não irei obstaculizar nada disto nem o meu voto tinha esse significado, mas considero, e espero, que as freguesias sejam todas abrangidas por esse plano anual de obras que também não conhecemos bem, mas que iremos requerer junto do Sr. Vereador da iluminação.

Este Anexo I, eu considero que não devia ser através de protocolo, primeiro ponto e não me vou tornar a repetir, como tal terá a minha abstenção, sobretudo do ponto de vista jurídico.

E é só."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Sras. e Srs. Membros da Assembleia outras intervenções?

Não havendo pergunto ao Sr. Presidente, se quer intervir."

O **Sr. Presidente da Câmara:**

"Sra. Presidente, procurando contribuir para o esclarecimento, em primeiro lugar acredito que o protocolo já tem vinte e tal anos, se calhar, nós por conhecermos a matéria e porque lidamos com ele há alguns anos, podia ter vindo aqui em anexo à proposta para melhor clarificação e o próprio anexo ao protocolo para se perceber que é sobretudo esta alteração e esta mudança tecnológica.

Depois, porque é que é um protocolo? É um protocolo, porque é o tal protocolo que foi negociado com a Associação Nacional de Municípios Portugueses para todos os municípios, independentemente até do prazo das concessões, para funcionar neste período de transição e foi essa a figura encontrada para o efeito. Eu também preferia que viesse um novo anexo e que alterava lá aquilo que lá está, porque lá estão ainda coisas do género "a lâmpada com a luminária de braço, não sei quê, número, tal e não sei quê", para não estar a mexer nisso e até porque o próprio led depois também tem vindo, lá está demasiado específico, sempre a mudar, felizmente há cada vez mais e melhor tecnologia led, entenderam fazer um instrumento desta natureza para validar este *upgrade* tecnológico.

Depois a questão da repartição dos encargos, pois bem, a senhora tem razão, se estivesse aqui o B dois/dois e a consulta ao Anexo perceber-se-ia que isto tem que ver com aquilo que contratualmente é obrigação de ambas as partes comparticiparem, estamos a falar de quando se faz um prolongamento iluminação pública. Uma coisa é a substituição de uma luminária que deixou de ter funcionalidade, vida útil, ou que avariou, ou que se partiu, etc., nós não pagamos, mas se houver um prolongamento de iluminação pública aí há uma repartição de encargos, é essa a explicação.

Depois, porque é que demorou tanto tempo? Bom, o corpo da proposta procura referir isso, é que, de facto, na Área Metropolitana de Lisboa, e noutras comunidades intermunicipais, considerou-se que isto era muito pouco e sobretudo o que não nos satisfez é que eles querem abater esta modernização no plano anual de obras. Agora o que é o plano anual de obras? Por favor poupe o Sr. Vereador, não lhe peça, tem que pedir à EDP, porque nós também pedimos e eles não dão.

O contrato de concessão pressupõe que a concessionária tenha de fazer uma percentagem de investimento em requalificação de infraestruturas novas, etc., todos os anos, nós temos coisas pedidas e em atraso há anos, por exemplo arruamentos onde pedimos para a infraestrutura ser enterrada, mas eles dizem, "não agora melhorámos a subestação ali da Biscaia, ou não sei quê, custou não sei quantos milhões", já gastámos o dinheiro todo do investimento. Temos muita dificuldade, mas temos conseguido alguma coisa, mas mesmo aquilo que conseguimos em média são dois anos de atraso e metade das coisas. É contra isso que nós lutamos, é que isso não só tem falta de transparência como, ainda por cima, na Área Metropolitana de Lisboa considerámos, e bem, que esta proposta de deduzirem este investimento dos leds quanto a nós é uma obrigação natural de *upgrade* tecnológico, a concessionária tem de ir fazendo. Eles querem descontá-la nesse esforço anual que têm que fazer de requalificação.

Bom, na prática, o que eles não têm é pressa de reduzir o consumo energético, porque o seu negócio é vender eletricidade, e foi isso que nós andámos a tentar na Área Metropolitana introduzir no Anexo, mas a EDP diz "não, então esperemos por dois mil e vinte e um, porque a única coisa que nos obriga é aquilo que está no anexo até dois mil e vinte e um". Como está a ver é mais uma daquelas situações em que as autarquias são sempre chantageadas, seja por grandes empresas, multinacionais, seja pelo Governo, estamos sempre a ser chantageados, ou aceitam qualquer coisinha ou ficam sem nada, não devia ser assim, mas consideramos que, neste momento, vale a pena prosseguir este esforço com este *upgrade* e teremos outras possibilidades de negociação nos próximos contratos.

Disse."

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Membros da Assembleia, vamos votar esta proposta."

Submetida a proposta a votação, foi a mesma aprovada, por maioria, com vinte e nove votos a favor (quinze da CDU, nove do PS, dois do PPD/PSD.CDS-PP, dois do MIM e um do BE) e uma abstenção do PPD/PSD.CDS-PP.

PONTO TRÊS – Eleição de Representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Consultiva da Revisão ao Plano Diretor Municipal de Palmela

A **Sra. Presidente da Mesa:**

"Passamos então à terceira proposta, tem subjacente uma votação e estão em causa nomes pelo que vamos fazer voto secreto.

As Sras. e os Srs. Membros da Assembleia têm a proposta à sua frente, ela é muito fácil, trata da indicação do representante, porque é um representante, embora com a figura de efetivo e suplente, da Assembleia Municipal na Comissão Consultiva da Revisão do Plano Diretor Municipal.

Funciona no âmbito da CCDR - Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional, integra obviamente Membros da Câmara Municipal e a Assembleia deve indicar o seu representante. Neste sentido a proposta apresentada é de que esta Assembleia indique como efetivo **Jorge Manuel Marques de Freitas,** Membro da Bancada do Partido Socialista e **Carlos Alberto da Silva Caçoete,** como suplente, primeiro Secretário da Mesa e integra a Bancada da CDU.

Vamos votar."

Efetuada a votação, por escrutínio secreto, e a respetiva contagem de votos, apurou-se o seguinte resultado:

<u>Representante da Assembleia Municipal para integrar a Comissão Consultiva da Revisão ao Plano Diretor Municipal de Palmela</u>

Efetivo – Sr. Jorge Manuel Marques Freitas Suplente – Sr. Carlos Alberto da Silva Caçoete	24 (vinte e quatro) votos a favor 2 (dois) votos contra 4 (quatro) abstenções

Não havendo mais assuntos a tratar, a **Sra. Presidente da Mesa** declarou encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e vinte e dois minutos do dia vinte e oito de março de dois mil e dezanove, da qual se lavrou a presente ata, que eu, **Carlos Alberto da Silva Caçoete**, na qualidade de Primeiro Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevi.

Palmela, aos vinte e oito de março de dois mil e dezanove.

A Presidente

Ana Teresa Vicente Custódio de Sá

O Primeiro Secretário

Carlos Alberto da Silva Caçoete